

AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL NA ESCOLA INDÍGENA DO VELEIRO, CORUMBAU, PRADO (BA)

Elton Santos Franco¹, Núbia Aparecida de Aguiar¹, Thiago Heron de Queiroz Rodrigues¹, Mauro Lucio Franco¹, Nívia Lisboa dos Santos¹, Alexandre Faissal Brito¹

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni - MG, Brasil
(elton.santos@ufvjm.edu.br)

Resumo: A educação ambiental é essencial para fortalecer a sustentabilidade e a participação comunitária. Este estudo apresenta os resultados de uma ação extensionista realizada na Escola Indígena do Veleiro, em Corumbau, Prado (BA), com palestras, gincanas, rodas de conversa e atividades interativas apoiadas pelo planetário do Parque da Ciência. As ações promoveram ampla participação dos estudantes, ampliaram a conscientização sobre resíduos sólidos e reforçaram o vínculo entre universidade e comunidade.

Palavras-chave: Educação ambiental; Sustentabilidade territorial; Resíduos sólidos; Extensão universitária; Comunidades indígenas.

INTRODUÇÃO

A crescente intensificação das pressões antrópicas sobre os recursos naturais tem ampliado os desafios relacionados à sustentabilidade ambiental, especialmente em territórios que apresentam elevada relevância ecológica e sociocultural. Nesse contexto, a educação ambiental tem sido reconhecida como um importante instrumento para promover mudanças de comportamento, fortalecer a participação social e estimular a construção de sociedades mais sustentáveis (BRASIL, 1999; Jacobi, 2003). Mais do que transmitir informações, a educação ambiental busca desenvolver valores, conhecimentos e competências capazes de contribuir para a conservação dos recursos naturais e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e estabelece que os processos educativos devem promover a formação de indivíduos e coletividades comprometidos com a preservação ambiental e com a construção de uma sociedade socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente equilibrada (BRASIL, 1999; BRASIL, 2024). Nessa perspectiva, Freire (1983) destaca que a produção do conhecimento ocorre por meio do diálogo e da interação entre os sujeitos, valorizando as experiências locais e possibilitando processos educativos mais significativos. Tal abordagem torna-se particularmente relevante em comunidades tradicionais, onde os saberes construídos historicamente desempenham papel fundamental na relação entre sociedade e natureza.

As discussões sobre desenvolvimento sustentável também reforçam a necessidade de abordagens integradas para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos. Segundo Raynaut et al. (2004), os problemas socioambientais apresentam natureza complexa e demandam perspectivas interdisciplinares capazes de integrar diferentes áreas do conhecimento. De forma complementar, Silva e Mendes (2005) destacam que a sustentabilidade depende da articulação entre múltiplos atores sociais, envolvendo governos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e comunidades locais em processos colaborativos de gestão territorial.

No contexto brasileiro, os desafios relacionados ao saneamento ambiental e à gestão de resíduos sólidos permanecem significativos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) e do Instituto Trata Brasil (ITB, 2024) indicam que diversos municípios ainda enfrentam dificuldades relacionadas à coleta, tratamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados. Essa realidade é particularmente sensível em comunidades costeiras e regiões com forte vocação turística, onde o aumento da população flutuante tende a ampliar a geração de resíduos e pressionar a infraestrutura local de saneamento.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, estabelece princípios voltados à prevenção da geração de resíduos, reutilização, reciclagem e recuperação de materiais, incentivando práticas alinhadas aos conceitos da economia circular (Brasil, 2010). Nesse sentido, Ellen MacArthur Foundation (2015) destaca que a economia circular representa uma estratégia

capaz de reduzir a extração de recursos naturais, prolongar o ciclo de vida dos materiais e minimizar impactos ambientais. Tais princípios têm sido cada vez mais incorporados às ações de educação ambiental, fortalecendo iniciativas voltadas ao consumo consciente, à reciclagem e à valorização dos resíduos como recursos.

Paralelamente, cresce o reconhecimento da importância das tecnologias sociais e das práticas comunitárias para promoção do desenvolvimento sustentável. França Filho (2008) ressalta que soluções construídas coletivamente possuem maior potencial de adaptação às realidades locais e contribuem para fortalecer processos participativos de gestão ambiental. Essas abordagens mostram-se particularmente relevantes em territórios onde a conservação ambiental está diretamente associada à manutenção dos modos de vida tradicionais e à valorização do patrimônio cultural.

O distrito de Corumbau, localizado no município de Prado, extremo sul da Bahia (BA), constitui um importante exemplo dessa realidade. A região apresenta significativa riqueza ambiental, cultural e paisagística, abrigando comunidades tradicionais e ecossistemas de elevada importância para a conservação da biodiversidade. Entretanto, o crescimento das atividades turísticas e o aumento da circulação de pessoas também geram desafios relacionados à gestão dos resíduos sólidos, à conservação dos recursos naturais e à manutenção da qualidade ambiental.

Diante desse cenário, a extensão universitária assume papel estratégico ao aproximar universidade e sociedade, promovendo a democratização do conhecimento e contribuindo para a construção coletiva de soluções para os desafios locais. Conforme destaca Duarte (2025), os processos educativos contemporâneos demandam a integração entre ciência, tecnologia e participação social, fortalecendo a capacidade das comunidades de compreender e enfrentar problemas socioambientais complexos.

Assim, a ação de extensão de fluxo contínuo, registrada no Sistema Integrado de Extensão e Cultura (SIEXC) sob o protocolo n.º 202203001257, vinculada ao Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia (ICET) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), desenvolveu atividades de educação ambiental em comunidades do município de Prado. O presente estudo tem como objetivo apresentar e discutir os resultados dessas ações, evidenciando as contribuições da educação ambiental, da extensão universitária e das metodologias participativas para o fortalecimento da sustentabilidade territorial e da participação comunitária.

MATERIAL E MÉTODOS

O planejamento das atividades foi estruturado com base no diagnóstico socioambiental preliminar realizado entre os dias 30 de janeiro e 3 de fevereiro de 2025 (Franco et al., 2025). A proposta metodológica foi fundamentada nos princípios da educação ambiental crítica, da extensão universitária dialógica e das metodologias participativas, buscando promover a construção coletiva do conhecimento por meio da integração entre saberes científicos e conhecimentos tradicionais da comunidade indígena.

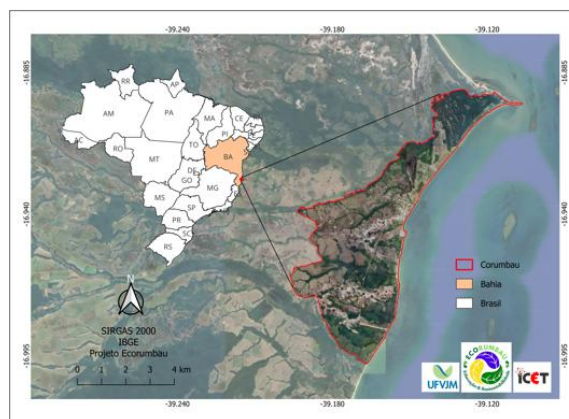


Figura 1. Comunidade de Corumbau.

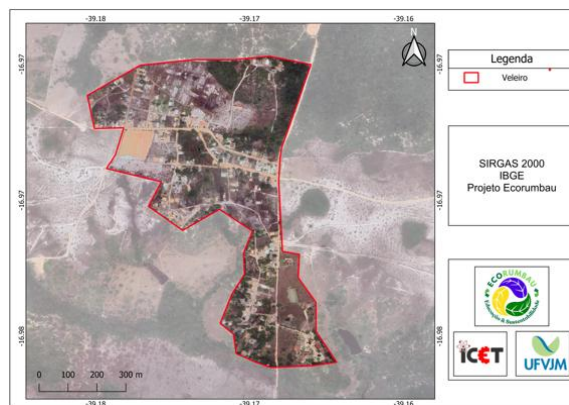


Figura 2. Comunidade do Veleiro, em Corumbau, local de realização das atividades educativas.

A equipe vinculada à ação de extensão foi responsável pela condução das atividades educativas, pelo apoio logístico, pelo registro das ações e pela organização dos dados coletados. A ação contou com a participação de aproximadamente 250 estudantes, além de professores, lideranças comunitárias e demais membros da comunidade escolar.

As ações propostas foram definidas previamente pela equipe executora, considerando as características socioculturais da comunidade, a faixa etária dos participantes e os principais desafios socioambientais observados no território (Figuras 3, 4 e 5). As

atividades foram estruturadas de forma a estimular a participação ativa dos estudantes, professores e lideranças locais, favorecendo processos de diálogo, reflexão e troca de experiências relacionadas à conservação ambiental, sustentabilidade territorial e gestão de resíduos sólidos.



Figura 3. Planejamento e preparação das ações educativas pela equipe organizadora.



Figura 4. Organização, seleção e montagem dos brindes destinados aos participantes das ações educativas.



Figura 5. Organização dos materiais para as dinâmicas e brincadeiras.

As estratégias metodológicas envolveram palestras interativas, rodas de conversa, dinâmicas em grupo, gincanas educativas e atividades de popularização da ciência. As palestras abordaram temas relacionados à educação ambiental, sustentabilidade, resíduos sólidos, reciclagem, consumo consciente e preservação dos recursos naturais. Durante as apresentações, buscou-se estimular a participação dos estudantes por meio de questionamentos, discussões e compartilhamento de experiências vivenciadas na comunidade.

As rodas de conversa constituíram uma das principais ferramentas metodológicas utilizadas, permitindo identificar percepções, conhecimentos prévios e experiências dos participantes relacionadas às questões ambientais locais. As atividades lúdicas e gincanas educativas foram desenvolvidas com o objetivo de tornar o processo de aprendizagem mais dinâmico e participativo. Por meio dessas estratégias, os estudantes foram incentivados a discutir conceitos relacionados à sustentabilidade, reciclagem, conservação ambiental e responsabilidade socioambiental de forma contextualizada à realidade local. A utilização de recursos didáticos interativos contribuiu para ampliar o interesse dos participantes e favorecer a assimilação dos conteúdos trabalhados.

Como atividade complementar, foi utilizado o planetário móvel do Parque da Ciência, em parceria com a equipe do Programa de Educação Tutorial (PET) Novas Tecnologias. Trata-se de uma estrutura inflável em formato de cúpula que reproduz, por meio de projeções digitais, imagens do céu, dos planetas, das estrelas, das constelações e de outros fenômenos astronômicos. Sua principal função é promover a educação e a divulgação científica, tornando o aprendizado mais visual, interativo e acessível (Figura 6).



Figura 6. Estrutura do planetário do Parque da Ciência.

As atividades desenvolvidas no planetário ocorreram por meio de vivências educativas voltadas à divulgação científica, utilizando apresentações interativas que abordaram a relação entre a Terra, os fenômenos naturais e a preservação ambiental. Essa abordagem metodológica permitiu a discussão de conteúdos relacionados à importância da ciência na compreensão dos processos ambientais, contribuindo para a construção de uma consciência socioambiental crítica entre os participantes. Dessa forma, reforça-se o potencial das metodologias interativas como estratégias eficazes de ensino e aprendizagem em educação ambiental.

Durante as atividades, foram realizados registros fotográficos e audiovisuais, observações diretas, entrevistas informais e anotações de campo, com o objetivo de documentar as ações desenvolvidas e registrar as percepções dos participantes. Posteriormente, as informações obtidas foram sistematizadas pela equipe extensionista, subsidiando as análises apresentadas neste estudo. A análise dos resultados foi realizada de forma qualitativa, considerando as observações realizadas durante as atividades, os relatos dos participantes, o nível de envolvimento dos estudantes e as discussões promovidas ao longo das ações. Dessa forma, buscou-se compreender as contribuições das metodologias participativas e da educação ambiental para o fortalecimento da sustentabilidade, da participação social e da valorização dos saberes locais na comunidade atendida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização de metodologias participativas favoreceu a construção coletiva do conhecimento, estimulando o diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos científicos relacionados à gestão de resíduos sólidos,

conservação ambiental e sustentabilidade territorial. Segundo Freire (1983), processos educativos fundamentados na dialogicidade possibilitam maior envolvimento dos participantes e contribuem para a formação de sujeitos críticos e atuantes em seus territórios.

As rodas de conversa e dinâmicas educativas (Figura 7) permitiram identificar percepções da comunidade sobre os principais desafios ambientais locais, especialmente aqueles relacionados ao descarte inadequado de resíduos, à preservação dos recursos naturais e à necessidade de fortalecimento das ações de educação ambiental. Durante as atividades, observou-se que muitos estudantes possuíam conhecimento prévio sobre questões ambientais associadas ao seu cotidiano, demonstrando compreensão da importância dos recursos naturais para a manutenção das atividades econômicas, culturais e sociais da comunidade.



Figura 7. Roda de conversa (dinâmica) com comunidade indígena local.

Entretanto, também foram identificadas dúvidas relacionadas à destinação de resíduos sólidos, à reciclagem e aos impactos do descarte inadequado de materiais em ambientes naturais, como as pilhas. Dessa forma, foi realizada uma atividade prática voltada principalmente ao público infantil, demonstrando a reação de pilhas em contato com a água e evidenciando, de forma lúdica, os riscos desses compostos para o ambiente de Corumbau (Figura 8).



Figura 8. Ação educativa para a conscientização sobre o descarte correto de pilhas e baterias.

Sobre a utilização do planetário do Parque da Ciência (Figuras 9 e 10), foram empregados recursos como estrutura inflável em formato de cúpula, sistema de projeção digital, computador de controle, sistema de som e mídias educativas com conteúdos interativos de astronomia. A utilização desses recursos ampliou o interesse dos estudantes pelas atividades, favorecendo a compreensão de temas relacionados às mudanças climáticas, à conservação dos ecossistemas e à responsabilidade socioambiental. Observou-se elevada participação dos estudantes durante as apresentações, com questionamentos e interações que demonstraram curiosidade pelos conteúdos abordados, consolidando o planetário como uma importante ferramenta de popularização da ciência e da educação ambiental.



Figura 9. Atividades de educação ambiental desenvolvidas na estrutura do planetário móvel do Parque da Ciência.



Figura 10. Sessão educativa no interior do planetário móvel do Parque da Ciência.

Como resultado dessa atividade, observou-se que as crianças demonstraram grande interesse e participação ativa durante as sessões no planetário móvel, evidenciando a efetividade da metodologia utilizada. A experiência imersiva permitiu que os participantes compreendessem, de forma mais concreta e visual, fenômenos astronômicos que, em geral, são de difícil assimilação apenas por meio de aulas expositivas. Dessa forma, o uso do planetário contribuiu significativamente para a ampliação do conhecimento científico, estimulando a curiosidade, o raciocínio e o engajamento dos estudantes no processo de aprendizagem.

A gincana com foco em produtos recicláveis foi desenvolvida com o objetivo de ampliar o caráter lúdico das ações educativas, promovendo a integração entre universidade e estudantes da escola. A atividade estimulou a participação ativa dos alunos por meio de dinâmicas interativas envolvendo a identificação, separação e reutilização de materiais recicláveis, contribuindo para a conscientização ambiental. Além disso, favoreceu o diálogo entre a equipe extensionista e os estudantes, fortalecendo a troca de conhecimentos e o aprendizado coletivo sobre práticas sustentáveis (Figura 11).



Figura 11. Gincana, ampliando o caráter lúdico das ações educativas.

Dando continuidade às ações desenvolvidas, destaca-se a realização de uma atividade de limpeza (Figura 12) da praia, envolvendo a participação de membros da comunidade local e de estudantes. Essa ação prática teve como objetivo sensibilizar os participantes para a importância da conservação dos ambientes naturais e da redução de impactos ambientais decorrentes do acúmulo de resíduos. Além disso, a atividade reforçou a dimensão educativa da extensão universitária, ao promover a vivência direta com a problemática ambiental e incentivar atitudes responsáveis em relação ao uso e à preservação dos recursos naturais.



Figura 12. Limpeza da praia com participação comunitária e estudantil.

As atividades também contribuíram para o fortalecimento do projeto @projetoecorumbau como instrumento de mobilização comunitária e divulgação de práticas sustentáveis, a partir do reaproveitamento de materiais que a população local geralmente considera como lixo, aprofundando a discussão sobre sustentabilidade. (Figuras 13 e 14).



Figura 13. Confeção de brindes sustentáveis, colocando em prática os conceitos de reciclagem, reaproveitamento e reutilização.



Figura 14. Distribuição de kits e brindes para a população local, no intuito de manter o vínculo com o projeto.

Ao final das atividades, os brindes foram entregues aos estudantes como forma de incentivo e valorização da participação, contribuindo para o engajamento dos participantes, o fortalecimento do interesse pelas temáticas abordadas e o reforço do caráter educativo e motivador da ação (Figura 15).



Figura 15. Distribuição de brindes aos estudantes como encerramento da atividade.

A divulgação das ações foi realizada por meio da rede social Instagram, através do perfil @projetoecorumbau (Figura 16), que atuou como instrumento de comunicação, sensibilização socioambiental e disseminação das atividades desenvolvidas junto à comunidade.



Figura 16. Divulgação das ações no Instagram (@projetoecorumbau), acesso em 19/06/2026.

As atividades desenvolvidas evidenciaram o potencial da educação ambiental como estratégia de sensibilização, mobilização social e fortalecimento da sustentabilidade em comunidades tradicionais. A utilização de metodologias participativas possibilitou a integração entre saberes científicos e conhecimentos locais, favorecendo processos de construção coletiva do conhecimento e a contextualização das problemáticas ambientais à realidade dos participantes, em consonância com a PNEA (BRASIL, 1999) e PNRs (BRASIL, 2010) que destacam a participação social como princípio estruturante.

As rodas de conversa e dinâmicas educativas permitiram identificar percepções da comunidade sobre desafios socioambientais locais, com destaque para o descarte inadequado de resíduos sólidos, a preservação dos recursos naturais e o fortalecimento de ações de educação ambiental. Observou-se a presença de conhecimentos prévios relacionados ao uso dos recursos naturais, o que reforça abordagens que valorizam saberes locais na construção do conhecimento (Jacobi, 2003; Diniz e Lemos, 2005).

Entretanto, foram evidenciadas lacunas de compreensão quanto à destinação adequada de resíduos, à reciclagem e aos impactos do descarte de materiais como pilhas em ambientes naturais. Nesse contexto, atividades práticas e demonstrativas mostraram-se fundamentais para a sensibilização ambiental, promovendo a articulação entre teoria e prática por meio de abordagens lúdicas e contextualizadas.

A utilização do planetário do Parque da Ciência constituiu estratégia relevante de popularização da ciência, ao integrar educação ambiental e divulgação científica. Os recursos tecnológicos empregados favoreceram a compreensão de temas complexos, como mudanças climáticas, conservação dos ecossistemas e responsabilidade socioambiental, ampliando o engajamento dos estudantes e estimulando sua participação ativa. Essa integração entre ciência, tecnologia e educação dialoga com discussões contemporâneas sobre inovação pedagógica e metodologias ativas (Duarte, 2025).

As atividades lúdicas, como gincanas educativas e dinâmicas com materiais recicláveis, contribuíram para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem, promovendo maior interação entre estudantes, equipe extensionista e comunidade escolar. Essas estratégias reforçam a importância de práticas educativas participativas para o desenvolvimento de competências socioambientais (Tonetti et al., 2018), especialmente quando articuladas a experiências concretas.

A realização de ações práticas, como a limpeza de áreas naturais, reforçou o caráter interventivo da extensão universitária, promovendo vivências diretas com problemáticas ambientais locais e fortalecendo a consciência crítica dos participantes, em consonância com perspectivas de educação emancipatória propostas por Freire (1983).

As ações também contribuíram para o fortalecimento do projeto @projetoecorumbau como instrumento de mobilização comunitária, por meio da reutilização de materiais descartados e da confecção de brindes sustentáveis, ampliando a discussão sobre economia circular e práticas sustentáveis no território.



A divulgação das atividades por meio da rede social Instagram ampliou o alcance das ações, fortalecendo a comunicação com a comunidade e contribuindo para a sensibilização socioambiental para além do espaço escolar, evidenciando o papel das tecnologias digitais na extensão universitária contemporânea.

Os resultados obtidos dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (ONU, 2015), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e o ODS 13 (Ação Contra a Mudança do Clima), além do ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ao abordar a preservação dos recursos naturais e a redução da poluição ambiental.

A interação entre universidade, escola e comunidade mostrou-se fundamental para o fortalecimento das ações desenvolvidas, promovendo o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e saberes tradicionais, em consonância com Freire (1983), que destaca o caráter dialógico e emancipador da educação.

Por fim, destaca-se que as ações desenvolvidas contribuem para a formação de multiplicadores ambientais, capazes de disseminar conhecimentos e práticas sustentáveis em seus contextos sociais. Embora os impactos de longo prazo não possam ser imediatamente mensurados, os resultados indicam potencial de continuidade e efeito transformador no território, especialmente quando articulados à permanência de ações extensionistas.

CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas na Escola Indígena do Veleiro demonstraram o potencial da educação ambiental como instrumento de sensibilização, mobilização social e fortalecimento da sustentabilidade em comunidades tradicionais. A utilização de metodologias participativas, associada à valorização dos saberes locais e à integração com conhecimentos científicos, favoreceu a construção coletiva do conhecimento e estimulou reflexões sobre questões ambientais diretamente relacionadas à realidade dos participantes.

Os resultados evidenciaram que ações educativas desenvolvidas no âmbito da extensão universitária podem contribuir significativamente para a ampliação da consciência ambiental, o fortalecimento do protagonismo estudantil e a promoção de práticas voltadas à gestão adequada dos resíduos sólidos e à conservação dos recursos naturais. A participação ativa dos estudantes, professores e lideranças comunitárias reforçou a importância do diálogo entre universidade e sociedade na construção de respostas aos desafios socioambientais contemporâneos.

Destaca-se, ainda, que a utilização de recursos didáticos diferenciados, como o planetário móvel do Parque da Ciência, ampliou o interesse e o engajamento dos participantes, evidenciando a relevância da integração entre educação ambiental, popularização da ciência e inovação pedagógica. Além de favorecer a compreensão de temas relacionados à sustentabilidade, a atividade contribuiu para aproximar a comunidade escolar do universo científico, fortalecendo processos educativos mais dinâmicos, inclusivos e contextualizados.

Conclui-se que a continuidade de ações extensionistas dessa natureza é fundamental para consolidar os avanços observados e ampliar seus impactos ao longo do tempo. Recomenda-se o fortalecimento das parcerias institucionais estabelecidas, bem como a realização de novas atividades voltadas à educação ambiental, à valorização dos saberes tradicionais e à promoção do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, iniciativas dessa natureza podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, participativos e comprometidos com a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida em seus territórios.

AGRADECIMENTOS

Manifestamos nossos agradecimentos aos colaboradores do projeto, à comunidade de Corumbau e à AMECORUMBAU pela receptividade, participação e apoio às atividades desenvolvidas, bem como à equipe técnica da UFVJM pelo empenho, suporte e contribuição para a execução das ações de educação ambiental e sustentabilidade territorial.

À equipe do PET Novas Tecnologias, pelo apoio prestado durante as atividades de extensão, especialmente pela disponibilização e operação do planetário móvel, que contribuiu significativamente para o desenvolvimento das ações de educação ambiental e divulgação científica junto à comunidade.

Às lideranças comunitárias, aos moradores, comerciantes, empreendedores locais e demais participantes que contribuíram para a construção coletiva do conhecimento e para o fortalecimento das iniciativas voltadas à gestão ambiental e ao desenvolvimento sustentável da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999.



BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico temático – visão geral dos serviços de água e esgoto 2023. Brasília: Ministério das Cidades, 2024.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.). Economia e território. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2005.

DUARTE, F. P. Educação, ciências e sociedade: fundamentos para uma cultura de desenvolvimento sustentável. *Cognitus Interdisciplinary Journal*, v. 2, n. 2, p. 186–202, 2025.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Towards the circular economy: economic and business rationale for an accelerated transition. Cowes: Ellen MacArthur Foundation, 2015.

FRANCO, E. S. et al. Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Corumbau (Prado-BA): análise diagnóstica. In: VI Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, 2025.

FRANÇA FILHO, G. C. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 45, p. 219–232, 2008.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IBGE. Pesquisa nacional de saneamento básico. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO TRATA BRASIL (ITB). Ranking do saneamento 2024. São Paulo: ITB, 2024.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189–205, 2003.

ONU. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015.

RAYNAUT, C. et al. Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade. Curitiba: UFPR, 2004.

SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. (org.). Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 2005.

TONETTI, A. L. et al. Tratamento de esgoto doméstico em comunidades isoladas. Campinas: Unicamp, 2018.